

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

### IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
<b>PR/2025/27892</b>	<b>36286/2025</b>	<b>Proposta à Câmara Municipal</b>
Unidade Administrativa		
<b>DJ - DAAJ - DIVISÃO</b>		
Propósito		
<b>Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal</b>		
Órgão/Cargo que resolve		
<b>Câmara Municipal de Braga</b>		

### PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

**Assunto: Proposta de início do procedimento de alteração ao Código Regulamentar do Município de Braga, ao Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais no Âmbito de Impostos Municipais do Município de Braga e ao Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Braga**

#### CONSIDERANDO QUE:

##### 1. Alteração ao Código Regulamentar do Município de Braga

O Código Regulamentar do Município de Braga representa um instrumento central de aproximação entre a autarquia e os munícipes, reunindo num único documento diversas normas de eficácia externa e facilitando a sua consulta e interpretação.

Contudo, tem-se evidenciado que determinadas disposições regulamentares carecem de clareza e objetividade, o que tem vindo a dificultar o trabalho dos agentes de fiscalização e a compreensão dos cidadãos, criando incerteza no cumprimento voluntário destas normas.

A revisão que se propõe incide apenas sobre algumas disposições regulamentares específicas que se têm revelado insuficientemente claras, dificultando tanto a fiscalização por parte dos serviços municipais como a compreensão e cumprimento voluntário dos munícipes.



Face ao exposto, a presente alteração pretende, por isso, clarificar e aperfeiçoar tais disposições, sem alterar substancialmente o regime já instituído, preservando a coerência do ordenamento existente e mantendo a integridade do modelo regulatório como um todo.

## **2. 2ª Alteração ao Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais no Âmbito de Impostos Municipais do Município de Braga**

A transparência nas decisões públicas é um valor essencial para garantir a confiança dos munícipes na atuação da autarquia e, simultaneamente, assegurar que os recursos públicos são utilizados de maneira responsável.

Tendo em vista a necessidade de assegurar que os benefícios fiscais concedidos pelo Município de Braga sejam não só eficazes e relevantes, mas também transparentes e em plena conformidade com as normas legais e europeias, propõe-se uma 2ª alteração ao Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais no Âmbito de Impostos Municipais do Município de Braga.

Deste modo, importa que o atual Regulamento vá de encontro ao previsto no Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73 /2013, de 03 de setembro, na sua redação atual, nomeadamente, ao estabelecido no seu artigo 16.º, n.º 11: *todos os benefícios fiscais concedidos pelos municípios estão sujeitos ao cumprimento das regras europeias aplicáveis em matéria de auxílios de minimis*. Isto significa que, os apoios não podem ultrapassar os limites financeiros estabelecidos pela União Europeia, a fim de não afetar a concorrência e garantir que não se criem distorções no mercado local.

Por conseguinte, importa prever nas disposições do Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais no Âmbito de Impostos Municipais do Município de Braga a necessidade do cumprimento das regras de auxílios de *minimis*, reforçando-se a obrigação de monitorização do total de benefícios fiscais concedidos, de modo a assegurar que o valor total de auxílios de *minimis* não ultrapasse o teto máximo permitido pela legislação comunitária.

## **3. 1ª Alteração ao Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Braga**

Na sequência da entrada em vigor do Regulamento de Bem-Estar Animal do Município de Braga, a manutenção de normas sobre a mesma matéria em dois regulamentos distintos poderá originar duplicações, sobreposição de competências ou mesmo incongruências na sua aplicação, situação que importa evitar no quadro de uma gestão municipal eficiente e juridicamente coerente.



Neste sentido, tendo por base o princípio da racionalização e harmonização normativa, existe a necessidade de eliminação da alínea f), do n.º 2, do artigo 77.º do Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Braga, uma vez que a matéria já se encontra atualmente prevista e regulada no Regulamento de Bem-Estar Animal do Município de Braga.

Portanto, a revogação da referida alínea visa eliminar redundâncias, garantir uma maior clareza regulamentar e reforçar a segurança jurídica dos munícipes e dos serviços municipais responsáveis pela sua aplicação.

## **ASSIM,**

I. Está, pelos aduzidos motivos, fundamentada a necessidade de alteração ao Código Regulamentar do Município de Braga, ao Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais no Âmbito de Impostos Municipais do Município de Braga e ao Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Braga, adequando o previsto ao regime legal atualmente em vigor;

II. O Município está habilitado a regulamentar, ao abrigo do disposto no artigo 241.º da CRP e do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, e na alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º, todos do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação;

## **PELO QUE SE PROPÕE:**

**A aprovação, pelo Executivo Municipal, do início do presente procedimento de alteração do Código Regulamentar do Município de Braga, do Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais no Âmbito de Impostos Municipais do Município de Braga e do Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Braga, que deverá posteriormente ser publicitado na Internet, no sítio institucional da CMB, nos termos do disposto no artigo 98.º do CPA.**



**DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE**



**1. Alteração ao Código Regulamentar do Município de Braga, DESIGNADAMENTE dos seguintes artigos:**

REDAÇÃO VIGENTE	REDAÇÃO PROPOSTA	FUNDAMENTAÇÃO
<p><b>Artigo D-1/4.º</b> <b>Proibições</b></p> <p>Nas vias públicas, é proibido:</p> <p>a) Danificar ou inutilizar, designadamente por derrube, afixação ou pintura, os sinais e equipamentos de trânsito e as placas de toponímia;</p> <p>b) Anunciar ou proceder à venda, aluguer, lavagem ou reparação de veículos;</p> <p>c) Causar sujidade e/ou obstruções;</p> <p>d) Circular com veículos que, pelas suas características, risquem ou danifiquem por qualquer modo o pavimento;</p> <p>e) Ocupar passeios com volumes ou exposições de mercadorias que impeçam a circulação pedonal de forma segura.</p>	<p><b>Artigo D-1/4.º</b> <b>Proibições</b></p> <p>1. Nas vias públicas, é proibido:</p> <p>a) Danificar ou inutilizar, designadamente por derrube, afixação ou pintura, os sinais e equipamentos de trânsito e as placas de toponímia;</p> <p>b) Anunciar ou proceder à venda, aluguer, lavagem ou reparação de veículos;</p> <p>c) Causar sujidade e/ou obstruções;</p> <p>d) Circular com veículos que, pelas suas características, risquem ou danifiquem por qualquer modo o pavimento;</p> <p>e) Ocupar passeios com volumes ou exposições de mercadorias que impeçam a circulação pedonal de forma segura.</p> <p><b>2. Para efeitos do disposto na alínea b) do número anterior, considera-se “anunciar”, a existência de qualquer elemento que indície a vontade de transmissão do veículo, designadamente, a apresentação de contacto telefónico, ou outro.</b></p>	<p>Necessidade de concretizar o que poderá ser considerado um veículo à venda na via pública – aditado n.º 2.</p>
<p><b>Artigo D-1/16.º</b></p> <p><b>Condições do licenciamento</b></p> <p>1 - Sem prejuízo do disposto em toda a Parte D e no artigo seguinte, o licenciamento da ocupação do espaço público com lugares de estacionamento privativo está sujeito aos seguintes limites máximos:</p> <p>a) Estabelecimentos comerciais ou de prestação de serviços,</p>	<p>1 - Sem prejuízo do disposto em toda a Parte D e no artigo seguinte, o licenciamento da ocupação do espaço público com lugares de estacionamento privativo, <b>destinado a estabelecimentos/ empreendimentos turísticos onde seja efetivamente exercida a atividade</b>, está sujeito aos seguintes limites</p>	<p>Pretende-se evitar a formulação de pedidos para atribuição de estacionamentos privativos para imóveis devidamente licenciados para os fins estabelecidos no artigo, mas que não se encontram abertos/ em atividade.</p>



com exceção de empreendimentos turísticos - 2 lugares; b) Empreendimentos turísticos que não disponham de estacionamento próprio - 5 lugares; 2 - (...)	máximos: (...)	
<b>Artigo D-1/35.º</b>  <b>Condicionamento de acesso a veículos</b>  1 - O acesso à área pedonal apenas é permitido, observado o condicionalismo previsto no presente Capítulo, a veículos ligeiros de passageiros e de mercadorias até 3 500 kg. 2 - É fixado o limite máximo de velocidade na área pedonal em 10 Km/H.	<b>Artigo D-1/35.º</b>  <b>Condicionamento de acesso a veículos</b>  1 - (...) <b>2- É permitido o acesso à área pedonal por outros veículos com peso superior a 3 500 kg, desde que devidamente licenciados.</b> 3 - É fixado o limite máximo de velocidade na área pedonal em 10 Km/H.	Com a reabilitação de vários prédios em centro histórico, por vezes torna-se necessário permitir o acesso de viaturas pesadas, ainda que estas autorizações por parte do Município devam revestir carácter excecional.
<b>Artigo D-1/37.º</b>  <b>Acesso à área pedonal</b>  1 - (...) 2 - (...) 3 - (...) 4 - O acesso será pontualmente concedido em situações especiais mencionadas no n.º 2 do artigo D-1/36.º		Revela-se necessário densificar o que são acessos pontuais.
<b>Artigo E-1/3.º</b>  <b>Elementos a afixar no exterior do estabelecimento</b>  1. Em cada estabelecimento devem estar afixados, em local bem visível do exterior, os seguintes elementos: a) mapa de horário de funcionamento; b) alvará de autorização de utilização; c) lotação máxima do estabelecimento; d) informação relativa ao limitador-registador de potência sonora e respetiva data de selagem, quando aplicável; e) título da ocupação de espaço público, quando houver esplanada e horário de funcionamento da mesma. 2. (...)	<b>Artigo E-1/3.º</b>  <b>Elementos a afixar no exterior do estabelecimento</b>  1. Em cada estabelecimento devem estar afixados, em local bem visível do exterior, os seguintes elementos: a) mapa de horário de funcionamento; b) no caso dos estabelecimentos de restauração e bebidas, lotação máxima do estabelecimento; c) informação relativa ao limitador-registador de potência sonora e respetiva data de selagem, quando aplicável; d) título da ocupação de espaço público, quando houver esplanada e horário de funcionamento da mesma. <b>2. No interior do</b>	O alvará de utilização, ou documento que o substitua, deverá estar disponível no interior do estabelecimento, para apresentação aos agentes fiscalizadores, não sendo necessária a sua afixação em local bem visível do exterior.



3. (...)	<p><b>estabelecimento deverá ainda estar disponível, e ser exibido sempre que solicitado, o alvará de utilização do imóvel, o comprovativo da comunicação prévia com prazo para utilização, ou documento que os substitua.</b></p> <p>3. Em todos os estabelecimentos situados em zonas ou arruamentos habitacionais deverá, também, ser afixado um cartaz, com as dimensões mínimas de 30cmx30cm, em local bem visível do exterior, onde esteja inscrita a seguinte mensagem: "Zona Habitacional – Silêncio no exterior, por favor."</p> <p>4. A definição do horário de funcionamento de cada estabelecimento ou de conjunto de estabelecimentos instalados no mesmo edifício, desde que se confinem aos limites fixados no Artigo E-1/5.º, bem como as suas alterações e o mapa referido no número anterior, não estão sujeitos a qualquer formalidade ou procedimento, sem prejuízo de serem ouvidas as entidades representativas dos trabalhadores, nos termos da lei.</p>	
<p><b>Artigo E-4/61.º</b></p> <p><b>Inscrição</b></p> <p>1 – (...) 2 – (...) 3 - O expositor interessado em participar na exposição, mas que se encontre ausente do município, poderá efetuar a inscrição provisória por telefone, devendo posteriormente enviar a sua ficha de inscrição por carta registada, com aviso de receção, via fax dirigido ao Município, ou via e-mail para <a href="mailto:municipe@cm-braga.pt">municipe@cm-braga.pt</a>, sob pena de a inscrição provisória ser cancelada.</p>	<p><b>Artigo E-4/61.º</b></p> <p><b>Inscrição</b></p> <p>1 – (...) 2 – (...) 3 - O expositor interessado em participar na exposição, mas que se encontre ausente do município, poderá efetuar a inscrição provisória por telefone, devendo posteriormente enviar a sua ficha de inscrição <b>preferencialmente pelo Balcão Eletrónico, ou</b> por carta registada, com aviso de receção, sob pena de a inscrição provisória ser cancelada.</p>	<p>Necessidade de eliminar a referência ao email, uma vez que os pedidos são submetidos, preferencialmente, através do balcão eletrónico.</p>
<p><b>Artigo E-4/80.º</b></p> <p><b>Alterações e condicionamentos à</b></p>	<p><b>Artigo E-4/80.º</b></p> <p><b>Alterações e condicionamentos à</b></p>	





<p><b>ocupação do espaço público no exercício da atividade</b></p> <p>1 - Em dias de festas, feiras, romarias ou outras festividades/eventos em que se preveja a aglomeração de público, pode o Município autorizar, a título excecional, a prestação de serviços de restauração ou de bebidas de carácter não sedentário, em unidades móveis ou amovíveis, nos locais referidos no artigo E-4/46.º</p> <p>2 - (...) 3 - (...) 4 - (...) 5 - (...) 6 - (...) 7 - (...) 8 - (...)</p>	<p><b>ocupação do espaço público no exercício da atividade</b></p> <p>1 - Em dias de festas, feiras, romarias ou outras festividades/eventos em que se preveja a aglomeração de público, pode o Município autorizar, a título excecional, a prestação de serviços de restauração ou de bebidas de carácter não sedentário, em unidades móveis ou amovíveis, nos locais referidos <b>no artigo E-4/66.º</b>.</p> <p>2 - (...) 3 - (...) 4 - (...) 5 - (...) 6 - (...) 7 - (...) 8 - (...)</p>	<p>A referência, por remissão ao artigo E-4/46.º deve ser feita ao artigo E-4/66.º</p>
<p><b>Artigo F-6/8.º</b></p> <p><b>Formalização e instrução da candidatura</b></p> <p>1 - (...) 2 - (...) 3 - (...) 4 - (...) 5. A entrega da candidatura deverá ser efetuada nos serviços do Município de Braga (Balcão Único ou através do email institucional do Município), no prazo de 30 dias a contar da data de abertura das candidaturas</p>	<p><b>Artigo F-6/8.º</b></p> <p><b>Formalização e instrução da candidatura</b></p> <p>1 - (...) 2 - (...) 3 - (...) 4 - (...) 5. A entrega da candidatura deverá ser efetuada nos serviços do Município de Braga (Balcão Único <b>ou através do Balcão Eletrónico</b>), no prazo de 30 dias a contar da data de abertura das candidaturas</p>	<p>Necessidade de eliminar a referência ao email, uma vez que os pedidos são submetidos, preferencialmente, através do balcão eletrónico.</p>
<p><b>Artigo I/9.º</b></p> <p><b>Disposições Comuns</b></p> <p>1 - Constituem contraordenação punível com coima as seguintes infrações: (...) e) A ausência de comunicação da alteração do titular da licença dentro do prazo referido no n.º 2 do artigo A-2/14.º 2 - (...) 3 - (...)</p>	<p><b>Artigo I/9.º</b></p> <p><b>Disposições Comuns</b></p> <p>1 - Constituem contraordenação punível com coima as seguintes infrações: (...) <b>e) Revogado.</b> 2 - (...) 3 - (...)</p>	<p>A revogação do artigo A-2/14.º impõe a revogação da al. e) do n.º 1, do artigo I/9.º.</p>





<p align="center"><b>Artigo I/26.º</b></p> <p>1 – (...) a) (...) b) (...) c) (...) d) (...) e) (...) f) (...)</p>	<p align="center"><b>Artigo I/26.º</b></p> <p>1 – (...) a) (...) b) (...) c) (...) d) (...) e) (...) f) (...) <b>g) Anunciar ou proceder à venda, aluguer, lavagem ou reparação de veículos</b> 2- (...) 3- (...) 4- (...)</p> <p><b>5- A contraordenação prevista na alínea g) do n.º 1 é punida com coima de (euro) 60,00 a (euro) 300,00.</b> 6- Os processos de contraordenação observarão, com as necessárias adaptações, o regime previsto no Código da Estrada e, supletivamente, o Regime Geral das Contraordenações. 7- No caso de concessão, o concessionário deverá submeter à aprovação do Executivo Municipal o modelo a adotar nos processos de contraordenação. 8- O Concessionário é obrigado a disponibilizar à Câmara Municipal de Braga um sistema informático, via WEB, que permita a tramitação e o armazenamento digital da documentação produzida em todo o expediente inerente ao processo de contraordenação. 9- Os montantes das coimas previstos no presente artigo são os mesmos quer se trate de pessoas singulares ou coletivas.</p>	<p>Apesar de estar prevista a proibição de anunciar ou vender veículos na via pública, inexistia sanção expressa para tal conduta, pelo que se impõe tipificá-la.</p>
<p align="center"><b>Artigo I/33.º</b></p> <p align="center"><b>Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços</b></p> <p>1 – (...) a) (...) b) (...) c) (...) d) (...) e) (...)</p>	<p align="center"><b>Artigo I/33.º</b></p> <p align="center"><b>Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços</b></p> <p>1 – (...) a) (...) b) (...) c) (...) d) (...) e) (...) f) (...)</p>	<p>Necessidade de aditar a alínea j) e alterar o n.º 2, em virtude da alteração ao artigo E-1/3.º.</p>



<p>f) (...) g) (...) h) (...) i) A falta da afixação dos elementos exigidos pelo artigo E-1/3.º n.º 1 alínea b), c), d) e e), em local bem visível do exterior. 2 – A violação do disposto na alínea g) e i) do número anterior é punível com coima de € 150,00 a € 450,00, para pessoas singulares, e de € 450,00 a € 1 500,00 para pessoas coletivas. 3 - (...) 4- (...) 5 - (...) 6 - (...)</p>	<p>g) (...) h) (...) i) A falta da afixação dos elementos exigidos pelo artigo E-1/3.º n.º 1 alínea b), c), e d), em local bem visível do exterior. j) <b>A falta de apresentação do alvará de utilização do imóvel, do comprovativo da comunicação prévia com prazo para utilização, ou do documento que os substitua.</b> 2 – A violação do disposto na alínea g), i) e j) do número anterior é punível com coima de € 150,00 a € 450,00, para pessoas singulares, e de € 450,00 a € 1 500,00 para pessoas coletivas. 3 - (...) 4- (...) 5 - (...) 6 - (...)</p>	
--	--	--

### 3. 2ª Alteração ao Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais no Âmbito de Impostos Municipais do Município de Braga

REDAÇÃO VIGENTE	REDAÇÃO PROPOSTA	FUNDAMENTAÇÃO
<p><b>Artigo 3.º</b></p> <p><b>Objeto e âmbito de aplicação</b></p> <p>1. (...) 2. Os benefícios relativos à isenção total ou parcial do valor das taxas e de outras receitas municipais, encontram-se previstos no Código Regulamentar do Município de Braga, bem como</p>	<p><b>Artigo 3.º</b></p> <p><b>Objeto e âmbito de aplicação</b></p> <p>1. (...) 2. (...) 3. <b>Os benefícios fiscais previstos nos presente Regulamento estão sujeitos às regras europeias aplicáveis em matérias de auxílios de <i>minimis</i>.</b></p>	



em outros regulamentos municipais.		
<p><b>Artigo 7.º</b></p> <p><b>Requisitos gerais para a Atribuição</b></p> <p>1. Os benefícios fiscais definidos no presente Regulamento só podem ser concedidos a pessoas, singulares e coletivas que, à data de apresentação do respetivo pedido, reúnam os seguintes requisitos:</p> <p>a) (...)</p> <p>b) (...)</p> <p>d) (...)</p> <p>e) (...)</p> <p>2. (...)</p>	<p><b>Artigo 7.º</b></p> <p><b>Requisitos gerais para a Atribuição</b></p> <p>1. Os benefícios fiscais definidos no presente Regulamento só podem ser concedidos a pessoas, singulares e coletivas que, à data de apresentação do respetivo pedido, reúnam os seguintes requisitos:</p> <p><b>f) Quando o respetivo beneficiário seja uma empresa, cumpra as regras europeias aplicáveis quanto aos auxílios de minimis.</b></p> <p>2. (...)</p>	<p>Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual - artigo 16.º, n.º 11.</p>

#### 4. 1ª Alteração ao Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Braga

REDAÇÃO VIGENTE	REDAÇÃO PROPOSTA	FUNDAMENTAÇÃO
<p><b>Artigo 77.º Contraordenações</b></p> <p>1. (...)</p> <p>2. Constitui contraordenação, punível com coima de € 150 a € 1.500, no caso de pessoas singulares, e de € 1.250 a € 22.000, no caso de pessoas coletivas, a prática dos seguintes atos ou omissões por parte dos utilizadores dos serviços:</p> <p>(...)</p> <p>f) Lançar alimentos ou detritos</p>	<p><b>Artigo 77.º Contraordenações</b></p> <p>1. (...)</p> <p>2. Constitui contraordenação, punível com coima de € 150 a € 1.500, no caso de pessoas singulares, e de € 1.250 a € 22.000, no caso de pessoas coletivas, a prática dos seguintes atos ou omissões por parte dos utilizadores dos serviços:</p> <p>(...)</p> <p><b>f) Revogado.</b></p>	<p>A matéria já se encontra atualmente prevista e regulada nos artigos 65.º e 103.º do Regulamento de Bem-Estar Animal do Município de Braga.</p>



para alimentação de animais nas vias e outros espaços públicos, suscetíveis de atrair animais que vivam em estado semidoméstico (gatos, cães e pombas) no meio urbano;		
--	--	--

A Jurista,

Ana Sofia Soares.

